

VIII-052 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO DO ESTADO DA BAHIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS DO PET ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL

Izabela Santos Freitas⁽¹⁾

Graduada em Serviço Social Pela Universidade Federal da Bahia

Michelle Assis⁽²⁾

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Bahia

Maria do Socorro⁽³⁾

Coordenadora do Programa Água-pura- TECLIM/Universidade Federal da Bahia

Luciano Queiroz⁽⁴⁾

Tutor do Programa de Educação Tutorial (PET)/ Universidade Federal da Bahia

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar através das experiências do PET- Programa de Educação Tutorial, a implantação da Lei de Educação Ambiental da Bahia no ensino formal, de forma mais específica nas escolas públicas estaduais de ensino médio. Para tanto, nos debruçamos no arcabouço teórico-crítico bem como nossas atividades desenvolvidas em tais escolas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental, Escolas públicas, Política.

ABSTRACT

This work to analyze, through the experiences of PET- Tutorial Education Program, the implementation of Bahia Environmental Education Law in formal education in public schools of high school. To this end, we look back on the theoretical and critical framework and our activities in such schools.

KEY-WORDS: Environmental Education; Public schools; Politics.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a Educação Ambiental tem seus princípios e diretrizes expressas na Política Nacional de Educação Ambiental definida na Lei Federal nº 9795/1999 que mostra as orientações, os princípios, os objetivos, as linhas de atuação e as estratégias de implementação de educação ambiental nas escolas (BRASIL, 1999).

Alinhada com esses princípios, no ano de 2011, o Governo do Estado da Bahia sancionou a Lei 12.056 que instituiu a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia. Conforme disposto no artigo 1º, essa Lei nortearia a elaboração do Programa Estadual de Educação Ambiental; dos programas municipais, bem como, de outros programas, projetos e ações relacionados, direta ou indiretamente, à educação ambiental, em consonância com a Política e o Programa Nacional de Educação Ambiental (BAHIA, 2011).

Este trabalho objetiva analisar o atual estágio de adoção e implantação dos princípios e dispositivos da Lei 12.056/2011 nas escolas de ensino médio localizadas na cidade de Salvador, Bahia, por meio das experiências, vivências e práticas do Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Engenharia Sanitária e Ambiental.

METODOLOGIA

Analisar as condições de adoção dos princípios preconizados na Lei 12.056/2011 nas escolas públicas de ensino médio da cidade de Salvador/BA, identificando as oportunidades de melhoria, propondo possíveis mudanças e adequações ao modelo existente são objetivos cujo alcance impõe uma abordagem voltada para o estudo aprofundado do tema. Portanto, descartou-se, em princípio, a utilização de comprovações e avaliações baseadas em dados estatísticos ou meramente numéricos.

Diante da peculiaridade do tema, respondeu-se ao objetivo proposto por meio da interpretação dos dados coletados por parte dos pesquisadores, chegando a resultados conclusivos mediante a proposição de argumentos consistentes, fazendo valer a compreensão da realidade estudada.

Assim, escolheu-se a abordagem proposta na Metodologia Qualitativa. O olhar qualitativo sobre o problema permite, ainda, que os elementos específicos da educação ambiental sejam destacados, o que se torna importante para determinar as razões, explicações e implicações do fenômeno estudado.

Nesse sentido, os pesquisadores buscam a isenção de análise e a ausência de julgamentos prévios, de forma que o processo metodológico para se chegar a esses conceitos, assim como, aos objetivos do estudo, respeita o princípio de que “nada deve ser tomado como verdade” e que “tudo deve ser visualizado por mais de um ângulo”. A Metodologia de Pesquisa é delineada, tomando tais idéias como premissas. Assim, com relação aos Métodos de Pesquisa e coleta de dados, optou-se por uma combinação de caminhos, envolvendo: 1) Pesquisa Bibliográfica; 2) Análise Documental; 3) Observação de campo e; 4) Estudos de Caso.

A combinação desses diversos métodos é apontada por Dezin e Lincoln (1998) como uma estratégia que acrescenta rigor e profundidade a qualquer investigação. A partir desse conjunto de estratégias, pretende-se empreender a Triangulação. De acordo com Marconi e Lakatos (2010), esse conceito consiste na aplicação de um tríplice enfoque sobre o fenômeno estudado, mediante diferentes metodologias, cujo objetivo envolve o aumento da amplitude na sua descrição, explicação e compreensão.

RESULTADOS

A Lei 12.056/11 é conduzida pelos princípios da equidade social, da ética, da solidariedade e a cooperação entre os indivíduos, co-responsabilidade e compromisso individual e coletivo, enfoques humanísticos, holísticos, democráticos e participativos, respeito à diversidade, ao conhecimento tradicional e à identidade cultural, criticidade, contextualização do meio ambiente com aspectos socioculturais, sustentabilidade enquanto forma de atendimento das necessidades das gerações atual e futuras, diálogo através de uma perspectiva horizontal e o pluralismo das idéias.

Portanto, almeja-se o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente e suas múltiplas e complexas relações, a sensibilização, estímulo e contribuição para a formação de pessoas com consciência ética sobre as questões socioambientais, incentivo ao controle social e a capacitação de pessoas para atuarem nos colegiados, incentivar as instituições públicas e privadas a formarem grupos que visem discutir tais questões, incentivar à cooperação e parceria entre os diversos órgãos de representação e formação social (...), a promoção ao acesso democrático às informações socioambientais e a promoção e ao fortalecimento da cidadania.

Destacam-se as diretrizes da Lei 12.056/11, a saber: inclusão dos princípios de produção e consumo sustentável nos diversos planos, programas, projetos públicos e privados de Educação Ambiental (EA), considerar a realidade local, estimular e integrar a EA com a ciência e as tecnologias sustentáveis, criar e fortalecer redes de EA, estimulando a comunicação e a colaboração entre as mesmas, **criar e consolidar núcleos de EA no ensino formal público e privado**, promover e integrar a EA com a área de saúde e estimular à pesquisa e à produção de material didático referente as questões ambientais levando em conta as realidades regionais.

Diante disso, a aplicação da EA no ensino formal, é definida enquanto aquela desenvolvida no âmbito das instituições públicas, privadas e comunitárias de ensino, englobando a educação básica, educação infantil, ensino fundamental, médio e superior em suas diversas modalidades. Visando promover a inserção da EA no Regime Escolar e no Projeto Político Pedagógico das escolas em todos os níveis e modalidades de forma transversal sendo facultativa a criação de disciplina específica.

As ações voltadas para a EA precisam ser integralizadas as demais atividades desenvolvidas nas escolas, os gestores, educadores, educandos e comunidade precisam trabalhar juntos para construir e disseminar os valores de uma consciência ambiental sustentável. As atividades de educação ambiental nas escolas devem estar inseridas em todas as disciplinas, de forma transversal, pois, os seus conteúdos e conceitos podem ser trabalhados de diferentes maneiras e aplicando diversas metodologias nas diversas componentes curriculares.

Entre os meses de outubro do ano de 2012 e dezembro do ano de 2013, o PET Engenharia Sanitária e Ambiental realizou, aproximadamente, 30 visitas em escolas estaduais e particulares de ensino médio da cidade de Salvador, durante as quais, os integrantes do PET ministraram palestra e realizaram oficinas com o objetivo divulgar conceitos associados à sustentabilidade, por meio, principalmente, da divulgação de ações e práticas de uso racional da água e do descarte correto de pilhas e baterias inservíveis (Figura 1).



Figura 1 – Palestras e Oficinas realizadas pelo PET Engenharia Sanitária e Ambiental.

Durantes o desenvolvimento dessas atividades, constatou-se que muitas escolas visitadas tentam desenvolver atividades que tem como objetivo atender a determinação federal sobre a necessidade de inserção da educação ambiental no currículo escolar, porém, essas atividades, muitas vezes, estão deslocadas dos outros conteúdos ofertados. Algumas dessas atividades são organizadas e ministradas por grupos externos ao ambiente escolar, com caráter esporádico e descontínuo, outras, por sua vez, são iniciativas isoladas de alguns professores, carecendo de articulação e inserção em um currículo pedagógico, o que prejudica a consolidação dos conteúdos e práticas.

A educação ambiental, na maioria das escolas visitadas, é tratada como mais um conteúdo oferecido como apêndice de um tema específico ligado a área das ciências, cada educador cuida da sua parte, cada grupo trata do assunto da sua forma, não havendo uma articulação, ou até mesmo, entre o conteúdo disponibilizado. As escolas oferecem a seus alunos “atividades ambientais” como manutenção de uma pequena horta, utilização de água de chuva em pequena escala, também, organizam algumas feiras de ciências e meio ambiente, palestras, mas, essas atividades são desconexas e deslocadas uma das outras. Constatou-se que a maioria dos alunos participa e conhece apenas uma dessas atividades, nota-se, também, que cada atividade é organizada, gerenciada e ministrada por um professor que não faz ou não consegue fazer uma interação com os demais trabalhos desenvolvidos.

Visando auxiliar o corpo docente das escolas visitadas, durante as atividades desenvolvidas pelo grupo PET, buscava-se utilizar uma metodologia que permitisse aos alunos das escolas visitadas estabelecer conexão com os demais conteúdos oferecidos em outras componentes curriculares e com a realidade cotidiana. As atividades buscavam relacionar conteúdos e saberes da área ambiental com campos diversos como: história, biologia, química e matemática.

A partilha entre alunos e integrantes do PET das experiências práticas do cotidiano sobre o consumo consciente da água e de outros recursos naturais acentuava o interesse dos discentes. O Projeto “Papa Pilhas” gerava curiosidade sobre temas que usualmente não são abordados nas escolas secundárias como: periculosidade e nocividade dos elementos que compõe as baterias e pilhas, necessidade de segregação e alternativas de descarte adequado. Por meio da troca de experiências sobre o assunto, destaca-se o relato de uma aluna do ensino médio que informou: “na minha casa costumamos guardar as pilhas e baterias velhas em uma garrafa pet e quando a garrafa está cheia levamos a algum posto de coleta, principalmente os que ficam nos shopping-centers, entretanto, poderíamos ter um coletor aqui na escola para atender toda comunidade do bairro”. Esse relato mostra que os conteúdos relativos à Educação Ambiental trabalhado nas escolas precisam dialogar com o cotidiano dos alunos, pois, a educação ambiental não deve estar confinada no ambiente

institucional, precisa, necessariamente, permear toda estrutura social, mesmo que alguns agentes ainda não tenha conhecimento e consciência da sua importância.

As escolas e os grupos que trabalham EA nas escolas ficam muitas vezes presos a abordagem conteudista, esquecendo que alunos interagem com o mundo como agentes de transformação e elos de uma cadeia de propagação de experiências e saberes na comunidade do entorno dessas escolas.

CONCLUSÕES

Entendendo a Educação Ambiental enquanto objeto político ao enfrentamento da questão ambiental, é preponderante entender que essa deve partir de uma análise amplamente crítica para que assim seja capaz de apreender a realidade de forma complexa. No entanto, é possível constatar, por meio da experiência do grupo PET Engenharia Sanitária e Ambiental, que a implementação dos princípios preconizados na Lei 12.056/11 ainda constitui uma realidade distante para grande parte das escolas de ensino médio da cidade de Salvador, Bahia.

Portanto, há prevalência das ações fragmentadas no campo da educação ambiental, que não dialogam com os diversos saberes, contradizendo os princípios da legislação. Na verdade, são poucas as iniciativas que visam o desenvolvimento de uma consciência pautada nos princípios proposto pela LEI 12.056/11. Na maioria das vezes, foi possível constatar que, o próprio Estado se encontra ausente em sua tarefa de fornecer meios e suporte às ações de Educação Ambiental no ensino formal, tendo em vista desinformação dos educadores quanto, até mesmo, a existência da Lei 12.056/11.

Portanto, é visível que ainda existem entraves para que os princípios e diretrizes de Educação Ambiental previstos na Lei 12.056/11 possam, realmente, ser efetivados no ensino formal e para que ela seja parte da formação de cidadãos consciente do seu papel e que possam compreender de forma transversal e política a importância de uma sociedade sustentável, não só para o meio ambiental natural, mas pautada na melhoria das relações sociais, culturais e ética.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BAHIA (ESTADO). Lei Nº 12.056 de 07 de Janeiro de 2011. Institui a Política de Educação Ambiental do Estado da Bahia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.seia.ba.gov.br/sites/default/files/legislation>. Acesso em: 01 de setembro de 2014.
2. BRASIL. Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 01 de setembro de 2014.
3. DENZIN, N.; LINCOLN, Y.; Collecting and Interpreting Qualitative Materials. California, SAGE Publications. 1998, 462 p.
4. LAKATOS, E.; MARCONI, M. de A. Metodologia Científica. 4 ed. 4 reimpressão. São Paulo, Editora Atlas. 2010. 312 p.